



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, sobre contratos cancelados e/ou suspensos com a empresa Delta Construções S.A.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha sobre contratos cancelados e/ou suspensos com a empresa Delta Construções S.A:

Quais os contratos cancelados e/ou suspensos entre a Pasta e a empresa Delta Construções S/A, inclusive seus aditivos, informando, em cada caso:

- a) Número do Contrato;
- b) Objeto contratado;
- c) Valor Original;
- d) Duração do Contrato;
- e) Motivo do cancelamento ou suspensão;
- f) Cópias dos referidos contratos e aditivos.

Requer-se, ainda, que todas as informações de que trata este requerimento sejam fornecidas em meio eletrônico.

JUSTIFICAÇÃO

A empresa Delta tem sido alvo de inúmeras denúncias de envolvimento com o grupo de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Segundo informações da polícia, o grupo de Cachoeira possui inúmeras empresas, a maioria delas com o evidente objetivo de lavar dinheiro, era controlada por laranjas, pessoas usadas para esconder os verdadeiros proprietários.



Câmara dos Deputados

Os relatórios da Polícia Federal indicam que os diretores da construtora recebiam informações privilegiadas sobre licitações públicas e, em troca, faziam pagamentos a empresas fantasmas de Cachoeira.

Conforme registros do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Ministério da Saúde, entre 2008 a 2011, pagou à empresa Delta o montante de R\$ 192.828.042,00.

O volume de contratos da empresa Delta Construções com o Governo Federal é monumental, sendo que a construtora é a que mais recebeu recursos da União no ano de 2011. Tal fato tem deixado em alerta alguns órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público.

Tal fato levou a CGU a iniciar procedimento de auditorias e de fiscalização e controle sobre inúmeros contratos celebrados entre a União e a empresa Delta.

Ocorre que alguns contratos com a referida empresa foram cancelados ou suspensos e as informações que ora solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2012

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP